



ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE – UNIPACE

MBA em Política e Assessoria Parlamentar

OS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS E A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aluna: Robertha Arrais de Souza Catunda¹

Orientadora: Dauana Vale Cavalcante²

“Nada está no intelecto que não tenha passado antes pelos sentidos”

Aristóteles.

RESUMO

Desenvolvemos esse artigo voltado para a análise teórica e prática da interseção entre os partidos políticos e a execução de políticas públicas no Estado Brasileiro, como forma de identificar a existência de coerência e unidade, ou se há mudanças na construção de projetos e programas públicos tendo como interferência as bandeiras ideológicas partidárias. Para atingir a finalidade a que se propõe a autora fez uma análise histórica dos partidos políticos brasileiros e da execução de programas e projetos das políticas públicas essenciais em âmbito nacional. Ao final do estudo, observamos que a sazonalidade eleitoral,

¹Robertha Arrais de Souza Catunda, Assistente Social (UECE) Pós-graduada em Gestão Pública

²Dauana Vale Cavalcante, Psicóloga, Mestre em Psicologia (UNIFOR)

observada pelo período de 4 em 4 anos, quando as eleições nacionais acontecem, irão interferir diretamente no planejamento e na execução de políticas públicas no nosso país, impactando diretamente nos beneficiários e no povo brasileiro.

Palavras-chave: partidos políticos; políticas públicas brasileiras; história; sociologia;

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo irá estudar e desenvolver um conteúdo voltado para a interferência político partidária na execução das políticas públicas essenciais no estado brasileiro. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o Brasil possui hoje 30 partidos políticos, cada um com seus programas e estatutos, delimitando suas diretrizes e ideologias.

A Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995 em seu artigo 1º assegura que:

***Art. 1º** O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.*

Nessa seara, cabe delimitar os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal de 1988. Nos títulos I e II, a CF abrange os direitos individuais e coletivos, como vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade (art. 5). No art.6 é descrito os direitos sociais, como educação, saúde, assistência social, trabalho e moradia.

Para este artigo, iremos delimitar as análises em cima de 3 direitos sociais: educação, saúde e assistência social. Isso nos ajudará a criar um universo de autores, processo histórico e análise crítica mais específico e qualitativo.

O interesse por desenvolver essa temática surgiu das experiências acadêmicas e empíricas da autora. Tendo concluído Serviço Social na

Universidade Estadual do Ceará, realizou uma pós-graduação em Gestão Pública, trabalhou em prefeituras, no Governo do Estado do Ceará e atualmente na Câmara dos Deputados, na Assessoria direta de um parlamentar, criou um ambiente de inquietação ao unir experiências valiosas em duas esferas importantes do poder: executivo e legislativo. Após 16 anos de experiência no Executivo e 3 anos no legislativo, foram suficientes para identificar a dinamicidade política eleitoral e seus impactos na hora de planejar e executar políticas públicas essenciais, em especial para as populações que estão em situação de vulnerabilidade social.

Realizar este estudo tornou-se algo de importante e relevante, tendo em vista que as articulações realizadas nas assembleias legislativas e no congresso, possuem conexão direta com as decisões prioritárias das políticas públicas. Sejam elas orçamentárias, planejamentos ou até mesmo territoriais e estratégicos, com planos diretores, por exemplo.

De acordo com o pesquisador e cientista político George Avelino Filho, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) “há uma discussão na ciência política brasileira que gira em torno da fraqueza dos partidos, da possível existência de ‘distritos informais’, e de como isso se reflete na atuação dos parlamentares. Ao serem eleitos com votos concentrados em uma região, os deputados privilegiaram políticas públicas mais fragmentadas. O fenômeno, conhecido como *pork barrel*, implica uma política de benefícios econômicos ou serviços concentrados em uma área circunscrita geograficamente”

Portanto, começamos a observar que já existem estudos e pesquisas que identificam as interferências bases deste artigo, à começar pelas questões territoriais e a concentração de possíveis investimentos e ações, de acordo com o interesse do parlamentar, tendo sua base eleitoral como premissa maior.

Para o percurso metodológico desde artigo, utilizamos uma abordagem mista quanti e quali, com uma técnica de coleta de dados de revisão de narrativa, considerando a subjetividade da autora e fontes diversas. De acordo com Cordeiro, Oliveira e Renteira (2007) enfatizam que revisões narrativas são úteis

para sistematizar informações, mas não explicitam fontes ou métodos de busca de forma rigorosa, sendo mais subjetivas e com grande interferência da experiência do autor. Flick (2009) menciona a análise de narrativas como métodos difundido nas ciências sociais, com etapas para análise, mas reconhecendo a criatividade e interpretação do pesquisador.

No que se refere aos objetivos deste artigo, o objetivo geral é identificar se há intercessão entre as bandeiras políticas ideológicas dos partidos políticos brasileiros e a execução de políticas públicas, as quais iremos delimitar em saúde, educação e assistência social.

2. RECORTES TEÓRICOS SOBRE POLÍTICA E PARTIDOS POLÍTICO

Apresentamos abaixo a base teórica do presente Artigo:

- a *corrente empírica* da filosofia de John Locke, pois nos permitirá aprofundar como as vivências práticas de cada sujeito podem contribuir e construir a base para o pensamento científico;

- a *Constituição Federal de 1988*, que marcou o fim da ditadura militar e consolidou a democracia brasileira, estabelecendo direitos e deveres sociais, organizando os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário);

- a *Norma Brasileira Registrada (NBR 6022)* que reúne um conjunto de normas técnicas para padronizar e formatar a apresentação de artigos em publicações periódicas técnicas e científicas no Brasil;

- a *sociologia dos partidos políticos*, com destaque para a Lei de Ferro da Oligarquia de Robert Michels, que afirma de “toda organização, mesmo democrática, inevitavelmente gera uma liderança restrita”;

- a *história das políticas públicas no Brasil*, com foco na saúde, educação e assistência social, com destaque para Ivanete Boschetti e Elaine Rossetti Behring, autoras importantes do campo do serviço social, que contribuem com a análise histórica e os fundamentos da política social com uma perspectiva crítica no campo marxista. Na saúde nossa base teórica será Hésio Cordeiro, uma figura central e relevante na luta por um sistema universal. Na Educação o destaque será dado para Paulo Freire e Darcy Ribeiro, famosos pela ‘pedagogia do oprimido’ e pela universalização do ensino público de qualidade,

respectivamente.

2.1 Constituição Federal de 1988

Para compreendermos a importância da Constituição Federal de 1988, faz-se necessário delimitar alguns marcos históricos que rodeiam a nossa conhecida “Constituição Cidadã”, apelidada assim, pela sua abrangência em direitos e participação popular.

A CF de 88, surgiu após 21 anos de Regime Militar (1964-1985), revogando a Constituição de 1967 que até então, concentrava todo o poder no Executivo. Foi elaborada como uma Assembleia Nacional Constituinte com ampla participação popular, recebendo muitas sugestões de cidadãos. Sua promulgação aconteceu em 5 de outubro de 1988, durante o Governo de José Sarney.

A estrutura da nossa constituição está dividida contemplando os principais títulos à seguir: princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; organização do Estado; organização dos poderes; defesa do Estado e das Instituições; tributação e orçamento; ordem econômica e financeira; ordem social; e disposições gerais.

Os fundamentos da CF, resumem bastante suas bases, como: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político. Além disso, instituiu a democracia participativa, como voto universal, secreto e direto, além de mecanismos como plebiscitos, referendo e iniciativa popular. Outro importante destaque é a estrutura de organização da federação, no caso da União, Estados, Municípios e Distrito Federal e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Para nosso estudo em questão, avaliamos que o principal destaque a ser dado é para a ampliação dos direitos fundamentais, como: saúde, educação, trabalho, moradia e liberdades individuais, como livre expressão e acesso à justiça.

2.2 O Empirismo

O empirismo é uma corrente da filosofia moderna, que ganhou força no final do século XVII, e afirma que todo conhecimento humano é adquirido através das experiências sensoriais, ou seja, através das percepções dos nossos sentidos: visão, audição, tato, paladar e olfato.

O empirismo faz um contraste com o racionalismo, que defende que a razão é a principal fonte de conhecimento. Ele considera que o conhecimento inato não existe e que nascemos com uma “mente em branco” que é preenchida com o aprendizado e vivências cotidianas, tendo como principal referência o pensador e filósofo John Locke.

As principais características do empirismo são: *origem do conhecimento* – a realidade é conhecida a partir do que é captado pelos sentidos; *contraste com o racionalismo* – são correntes que se opõem, em que o racionalismo afirma que o conhecimento pode ser obtido apenas pela razão, independentemente da experiência vivida; *a mente humana como “tábula rasa”* – filósofos como John Locke defendiam que os seres humanos nascem sem ideias inatas, todas elas são formadas a partir da experiência, que depois é processada pela mente. Um dos principais pontos da crítica ao inatismo está na questão de que a mente não nasce com princípios ou ideias prontas; *valorização da prática e da ciência* – o empirismo valoriza a experimentação e a observação, princípios que são centrais para o método científico moderno; *influência de Aristóteles* – as raízes do empirismo remontam a filósofos como Aristóteles, que valorizava a investigação e a observação do mundo natural através dos sentidos.

O empirismo moderno teve três representantes que se destacaram: John Locke (1632-1704), George Berkeley (1685-1753) e David Hume (1711 – 1776). Cada um desenvolveu uma teoria sobre o conhecimento e a realidade. Enquanto Locke se destacou pela teoria do conhecimento e pela filosofia política; Berkeley se debruçou sobre a defesa do imaterialismo; e Hume, pelo marcante ceticismo frente à razão e à causalidade.

Locke, em sua obra *Segundo Tratado Sobre o Governo*, defende a ideia de que os indivíduos possuem direitos naturais (vida, liberdade e propriedade) e que o governo deve garantir tais direitos com base no consentimento dos governados. Essa concepção foi fundamental para o pensamento liberal e para a teoria do contrato social.

Esta teoria, de maneira conceitual no campo filosófico-político explica a origem e a legitimidade do Estado como um pacto ou acordo entre indivíduos para sair de um chamado estado de natureza, uma vida “sem regras” e formar a sociedade civil, cedendo parte de sua liberdade natural em troca de segurança, ordem e proteção de direitos. Os filósofos que se destacam nessa teoria são: Hobbes, Locke e Rousseau.

O legado do empirismo fortaleceu a valorização do conhecimento científico, da experiência e da observação da realidade. Também questionou a ideia de conhecimento inato e colocou em debate os limites da razão, pois quando ele afirma que o conhecimento nasce da experiência, passa a nos alertar que para compreender o mundo é preciso vivência, observação e abertura ao novo. De acordo com a jornalista pela UFJF Paula Delgado, refletir sobre como pensamos, sentimos e julgamos é uma das principais propostas do pensamento filosófico. É a partir desses tensionamentos e questionamentos que vamos sendo capazes de compreender melhor o mundo, nós mesmos e como podemos lidar de forma racional com as questões que nos afligem.

2.3 Sociologia dos partidos políticos

Sociologia é o campo de estudo da ciência que se dedica a estudar a sociedade e os fenômenos que nela ocorrem, as relações humanas, as instituições, sejam elas familiares, Estado ou escola, além das estruturas sociais, como cultura, classes, gênero e raça. Utiliza métodos científicos para entender como indivíduos e grupos interagem, se organizam e se transformam, buscando padrões e soluções para problemas sociais, desde o micro, de âmbito comportamental, ao macro, com foco nas grandes estruturas.

A sociologia dos partidos políticos estuda as organizações partidárias sob uma ótica social, focando em como elas funcionam internamente, como se

relacionam com a sociedade e, crucialmente como tendem a formar elites.

Robert Michels (1876-1936) sociólogo alemão, autor da obra Sociologia dos Partidos Políticos (1911) desenvolveu a Lei de Ferro da Oligarquia, criticando a democracia representativa, pois afirma que ela tendencia à formação de oligarquias.

De acordo com o site do TSE, o Brasil possui hoje 30 Partidos Políticos, a saber:

Ordem	SIGLA	NOME	Número da legenda
1	<u>MDB</u>	MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	15
2	<u>PDT</u>	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	12
3	<u>PT</u>	PARTIDO DOS TRABALHADORES	13
4	<u>PCdoB</u>	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	65
5	<u>PSB</u>	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	40
6	<u>PSDB</u>	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	45
7	<u>AGIR</u>	AGIR	36
8	<u>MOBILIZA</u>	MOBILIZAÇÃO NACIONAL	33
9	<u>CIDADANIA</u>	CIDADANIA	23
10	<u>PV</u>	PARTIDO VERDE	43
11	<u>AVANTE</u>	AVANTE	70
12	<u>PP</u>	PROGRESSISTAS	11
13	<u>PSTU</u>	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	16
14	<u>PCB</u>	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	21
15	<u>PRTB</u>	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	28
16	<u>DC</u>	DEMOCRACIA CRISTÃ	27
17	<u>PCO</u>	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	29

18	<u>PODE</u>	PODEMOS	20
19	<u>REPUBLICANOS</u>	REPUBLICANOS	10
20	<u>PSOL</u>	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	50
21	<u>PL</u>	PARTIDO LIBERAL	22
22	<u>PSD</u>	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	55
23	<u>SOLIDARIEDADE</u>	SOLIDARIEDADE	77
24	<u>NOVO</u>	PARTIDO NOVO	30
25	<u>REDE</u>	REDE SUSTENTABILIDADE	18
26	<u>PMB</u>	PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA	35
27	<u>UP</u>	UNIDADE POPULAR	80
28	<u>UNIÃO</u>	UNIÃO BRASIL	44
29	<u>PRD</u>	PARTIDO RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA	25
30	<u>MISSÃO</u>	PARTIDO MISSÃO	14

Fonte: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse>, acessado em 01.12.25

De acordo com a Escola Judiciária da Bahia, os partidos políticos são responsáveis por lançar os candidatos a cargos eletivos, sendo os meios de ligação entre a sociedade e o Estado. Trata-se de um grupo organizado, legalmente formado, que busca influenciar ou ocupar o poder político. Cada partido político possui o seu pensamento próprio com relação à maneira como o país deve ser governado. No Brasil, a história dos partidos políticos é marcada por períodos de negação, seguidos de um sistema bipartidário e atualmente, a Constituição da República Federativa do Brasil, adota o pluripartidarismo. De um ponto de vista mais ideológico, um partido político pode ser definido como uma reunião de indivíduos que seguem a mesma doutrina política. Os partidos também podem ser compreendidos como uma estrutura da organização democrática. O partido pode atuar em nível nacional, estadual e municipal, desde que tenha órgãos de direção válidos. A principal importância dos partidos políticos registrados no TSE está justamente em lançar os candidatos às eleições.

De maneira geral, pode-se afirmar que as várias agremiações políticas, representam as diferentes convicções políticas existente na nossa sociedade. Ao lançar candidaturas eletivas, os partidos políticos criam um canal de ligação entre a sociedade e o Estado. Por esse motivo, é importante conhecer os estatutos partidários, que são normas internas que regem a sua organização e o seu funcionamento.

A partir disto, conseguimos avaliar o que hoje popularmente se chama de partidos de esquerda, centro e direita. A origem dos partidos de esquerda remonta à Revolução Francesa (1789), onde os que queriam limitar o poder do rei e promover mudanças sociais sentavam-se à esquerda na Assembleia Nacional. Ideologicamente a esquerda se consolidou com o socialismo e comunismo de Karl Marx, defendendo a igualdade social, a justiça para os trabalhadores e grupos marginalizados. Já os partidos de direita, também remontam à Revolução, quando os membros da Assembleia Nacional se sentavam à direita do orados defendendo a monarquia, enquanto a esquerda buscava mudanças radicais. Com o tempo, a direita passou a defender ordem, tradição, liberdade econômica e hierarquia, evoluindo de conservadores monarquistas para defensores do livre mercado, no caso o neoliberalismo. Há também os partidos ditos de centro, que procuram conciliar visões de igualdade com preocupações como a liberdade individual, adotando políticas moderadas, procurando combinar, por exemplo, a economia de mercado com programas sociais.

2.4 História das políticas públicas no Brasil

Para compreender a evolução das políticas públicas no Brasil, é salutar destacar que essa evolução passa pelo assistencialismo, chegando à um sistema mais abrangente de direitos sociais, especialmente após a CF 1988.

A Era Vargas (1930-1964) foi um marco histórico com a criação das leis trabalhistas e da previdência social, como a criação do Estado de Bem-Estar Social, enquanto a Ditadura Militar (1964-1985) promoveu a expansão econômica e restringiu a participação popular. Com a Nova República, a CF consolidou os direitos sociais, como saúde, educação e assistência social, criando mecanismos para o acesso universal.

Os ministérios da Educação e da Saúde, foram criados durante a Era Vargas, tendo o ano de 1990 um importante marco com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), universalizando o acesso à saúde no país. Já o que se refere à Assistência Social, temos 2 grandes marcos regulatórios: em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, que transformou a assistência social em um direito, com a criação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), e em 2005 foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que passou a organizar a política de assistência social, definindo diretrizes e garantindo a proteção social à população.

Ainda sobre a assistência social, para que chegasse a ser uma política pública de direitos para todos, ela passou por diversos caminhos, que tem sua origem nas chamadas “damas de caridade”, mulheres ligadas à igrejas que faziam ações de doações para os mais pobres, o que futuramente evoluiu para interferências com esposas de políticos, as primeiras-damas, que assim viram naquelas ações uma forma de controle e manipulação social, para fins eleitorais. Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, é considerada a construtora do primeiro-damismo no Brasil, inspirada por Eva Péron na Argentina.

No que se refere à política de Educação, um importante educador ganha fama em diversos espaços, que é Paulo Freire. Ele defendia que a escola deve ser um espaço para desenvolver o senso crítico do indivíduo, a partir de sua realidade para que ele possa questionar e atuar sobre as estruturas sociais, tornando-se um aprendiz ativo e não um mero receptor de informações. Freire via a Educação como um ato político, como um instrumento para a conscientização e a transformação da sociedade, alimentando o sendo crítico e emancipando os sujeitos. Paulo Freire é reconhecido como o Patrono da Educação Brasileira.

3. METODOLOGIA

O presente artigo teve como base para suas pesquisas uma abordagem com um olhar qualitativo procurando equilibrar as bases conceituais, harmonizando e integrando os autores.

No campo da pesquisa qualitativa, com destaque em diversas áreas das ciências humanas e sociais, temos: Maria Cecília de Sousa Minayo, Marli André, Menga Ludke e Michel Thiollent.

De acordo com Minayo (2007) a pesquisa é *“uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade”*, sendo uma atitude e prática teórica de busca constante, um processo inacabado e permanente, que combina teoria e dados para aproximar-se da realidade, explorando significados, motivos e valores, especialmente na pesquisa qualitativa, focando no universo que não pode ser quantificado. É um percurso dinâmico e reflexivo para desvendar a complexidade da realidade, indo além dos números para entender as nuances da questão social.

Quanto à técnica de coleta de dados, este artigo se baseou na revisão narrativa, envolvendo uma busca ampla na literatura, selecionando fontes que abordem a temática de forma ampla, sem a rigidez metodológica das revisões sistemáticas, focando na descrição, interpretação e síntese crítica de diferentes estudos para construir um panorama. Rother (2007) descreve revisões narrativas como publicações amplas para descrever o “estado da arte” de um assunto, destacando sua utilidade em debates e novas teorias. Segundo Rother, as revisões narrativas permitem um encontro do autor com o texto, analisando criticamente teorias e evidências para levantar questões e consolidar o conhecimento em uma área, sendo valiosas para mapear o cenário científico.

Por fim, nossa pesquisa tem a característica de ser explicativa, pois conecta ideia para entender o porquê dessa inquietação dentre os partidos políticos e a interferência na execução de políticas públicas, utilizando métodos experimentais ou correlacionados.

Gil (2007) destaca que a pesquisa explicativa aprofunda a descritiva, identificando os fatores que determinam um fenômeno, podendo assumir formas experimentais, e é fundamental para o conhecimento científico, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja

suficientemente descrito e detalhado.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Para compreendermos a influência dos partidos políticos na execução de políticas públicas, faz-se necessário frisar os aspectos que norteiam as chamadas correntes de esquerda e de direita. Ambas são espectros políticos que diferem principalmente na visão sobre o papel do Estado e a economia: a esquerda geralmente defende maior intervenção estatal, redistribuição de renda e justiça social, com foco na coletividade. Enquanto a direita tende a priorizar o livre mercado, menor intervenção governamental e liberdade individual. Socialmente falando, a esquerda apoia o progresso e direitos das minorias e populações mais vulneráveis, a direita tem como pilar a tradição e o conservadorismo.

Nessa seara, percebemos que entre esses dois campos, temáticas envolvendo economia, com eixos de crescimento, governo, empresas, leis trabalhistas, programas e impostos são debatidos e comumente divergem nos campos políticos. Quando a temática é o comportamento, com os eixos de religião, drogas, criminalidade, pena de morte, sindicatos, pobreza, porte de arma, migração e sexualidade, as divergências se tornam ainda maiores e mais tensas no campo de debate político e na sociedade civil como um todo.

Dalton e Wattenberg (2002), afirmam que os eleitores precisam de uma âncora política, que os impeça de serem levados por ondas promovidas por líderes demagógicos ou movimentos extremistas. Nesse sentido, os partidos devem criar identificação política a fim de proporcionar um comportamento mais estável entre os eleitores e no sistema democrático.

Para exemplificarmos temáticas que envolvem bandeiras dos partidos políticos, podemos citar programas sociais como o Bolsa Família, instituído no primeiro governo Lula, no ano de 2003, por meio da Medida Provisória nº132. O programa unificou diversas iniciativas de transferência de renda que existiam anteriormente, como Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás.

Programas como esse costumam receber muitas críticas dos partidos de direita, pois são vistos como assistencialistas, e não conseguem ter o objetivo de emancipar os sujeitos vulneráveis e romper os ciclos que envolvem a pobreza.

Outra questão que envolveu debates calorosos dessa dicotomia política, foi a postura da direita mais conservadora do país, durante as tratativas sanitárias no período da pandemia global da covid-19. Medidas como lockdown, vacina e isolamento social, sofreram diversas críticas e colocou em xeque posturas do então presidente da república, Jair Bolsonaro.

No campo da Educação, educadores como Paulo Freire, são criticados pela direita, como fazendo apologia ao comunismo.

Abaixo, elencamos algumas manchetes de reportagens que exemplificam o debate acima:



Portanto, o que podemos observar de maneira sucinta, é que a construção, planejamento, implementação e por fim a execução de políticas públicas como educação, saúde e assistência social, em nosso país, recebem interferência direta das bandeiras ideológicas dos partidos políticos brasileiros. Isso acaba afetando diretamente a vida da população, como um todo, pois além da sazonalidade de ações e projetos, resultando em descontinuidade, causa insegurança na sociedade civil como um todo, gerando desgastes, dúvidas e processos históricos duvidosos que por vezes se utilizam de uma liderança política incapaz de priorizar a justiça social e a vida humana como prioridade governamental.

O ser humano sempre será o ser humano com suas vulnerabilidades, particularidades e complexidades. Numa nação como o Brasil, com tanta pluralidade em tantos eixos da questão social, partidos de Direita e Esquerda, e até o Centro sempre vão existir, porém que os políticos que representam esses cidadãos não esqueçam pra que e por quem foram eleitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que ao final dessas conjecturas, a execução das políticas públicas brasileiras, como saúde, educação e assistência social sofrem interferência direta das ideologias, crenças e acordos políticos partidários, o que impacta diretamente nos resultados sociais e transformadores dos beneficiários. Outro fator importante a se destacar é que todos os impactos chegarão à

população, e não somente ao beneficiário direto da ação, tendo em vista que as mazelas sociais e toda a questão social que às envolvem, perpassam pela população em geral.

Cabe ressaltar que a dinamicidade dos acordos políticos, tendo como pilar principal o poder e sua manutenção, fragiliza o objetivo fim de um modelo democrático, pois a representatividade partidária estará volátil e instável, caso haja instabilidade de manter o projeto político do grupo eleito, ficando sujeito a novas negociações e repactuações, alterando assim o percurso das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

CORDEIRO, A.M.; OLIVEIRA, G.M.; RENTERÍA, J.M. Revisão Sistemática: uma revisão narrativa. Rio de Janeiro, v.34, n.6, 2007

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: revista Temporalis, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano 2, n. 3, Brasília: ABEPSS, 2001

LOCKE, John. Ensaio sobre o entendimento humano. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VEIGA, L. F. Os partidos políticos na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. Revista Opinião Pública. São Paulo: UNICAMP, v.13, 2007.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia. Dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

MICHELS, R. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: Editora UNB, 1982.

SCRUTON, Roger. Introdução à filosofia moderna. Uma breve história da filosofia moderna: de Descartes a Wittgenstein. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008

WALDRON, J. Limites do Controle de Constitucionalidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.